



# PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 202

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE GERAÇÃO DE RENDA PARA  
MULHERES EM BELÉM DO PARÁ**

**Walena Brasil  
Ligia Simonian**

**Belém, Novembro de 2006**

**O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)** é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

**Papers do NAEA - Papers do NAEA** - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



## **Universidade Federal do Pará**

### **Reitor**

Alex Bolonha Fiúza de Mello

### **Vice-reitor**

Regina Fátima Feio Barroso

## **Núcleo de Altos Estudos Amazônicos**

### **Diretor**

Edna Maria Ramos de Castro

### **Diretor Adjunto**

Thomas Hurtienne

## **Conselho editorial do NAEA**

Armin Mathis

Luis Aragon

Francisco de Assis Costa

Oriana Almeida

Rosa Acevedo Marin

## **Sector de Editoração**

E-mail: [editora\\_naea@ufpa.br](mailto:editora_naea@ufpa.br)

Papers do NAEA: [Papers\\_naea@ufpa.br](mailto:Papers_naea@ufpa.br)

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 202

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

# POLÍTICAS PÚBLICAS DE GERAÇÃO DE RENDA PARA MULHERES EM BELÉM DO PARÁ<sup>1</sup>

---

*Walena Brasil  
Ligia Simonian*

## **Resumo:**

O interesse pelo estudo do tema da mulher decorre, em grande parte, de observações e pesquisas realizadas desde 1996, sobre desenvolvimento e políticas públicas de geração de renda para mulheres no município de Belém. Desse modo, teve-se como objetivo a intenção de acompanhar os impactos dos projetos públicos municipais envolvendo gênero, precisamente no período de 1996 a 2003. Então, buscou-se entender a dinâmica das relações sociais a partir de reflexões históricas e antropológicas, o que muito contribuiu para a compreensão de processos os mais diversos. Ao concentrar-se nas reflexões sobre a melhor maneira de abordar o problema, sempre se fez de modo que pudesse contribuir para um novo caminho numa sociedade menos iníqua e, principalmente, menos castradora.

**Palavras-Chave:** Políticas públicas. Geração de renda. Mulheres.

---

<sup>1</sup> Este Paper tem por base a monografia de especialização “Políticas públicas para as mulheres em Belém do Pará: produção de renda, avanços e limites”, defendida em 2004, junto ao Curso Internacional em Formação de Especialistas em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas (FIPAM) – NAEA/UFPA, por Walena Brasil, sob a orientação da Dr<sup>a</sup>. Ligia T. L. Simonian.

## INTRODUÇÃO

O interesse pelo estudo do tema da mulher decorre, em grande parte, de observações e pesquisas realizadas desde 1996, sobre desenvolvimento e políticas públicas de geração de renda para mulheres no município de Belém. Desse modo, teve-se como objetivo a intenção de acompanhar os impactos dos projetos públicos municipais envolvendo gênero, precisamente no período de 1996 a 2003. Então, buscou-se entender a dinâmica das relações sociais a partir de reflexões históricas e antropológicas, o que muito contribuiu para a compreensão de processos os mais diversos. Ao concentrar-se nas reflexões sobre a melhor maneira de abordar o problema, sempre se fez de modo que pudesse contribuir para um novo caminho numa sociedade menos iníqua e, principalmente, menos castradora.

De fato, pelo paradigma ideológico-machista, a questão feminina sempre foi assunto secundário. Contudo, hoje entende-se que o assunto das lutas femininas deixou de ser inofensivo para se tornar subversivo aos olhos da sociedade machista, porque não aceita mitos, preconceitos, hipocrisias, estereótipos e desumanização da mulher cidadã. E, o conjunto de reflexões que se apresenta neste artigo foi possibilitado a partir de pesquisas realizadas no Conselho Municipal da Condição Feminina de Belém (CMCF-Belém) e no Banco do Povo (BP). O CMCF-Belém é a instituição proponente, formuladora e gestora das políticas públicas de gênero da Prefeitura Municipal de Belém (PMB). Por sua vez, o BP tem sua gestão diretamente vinculada a essa prefeitura, e pelas evidências levantadas, constitui-se em ferramentas da gestão municipal para o crédito a empreendedores excluídos e empreendedoras excluídas do sistema financeiro tradicional.

A pesquisa evidenciou uma trajetória diferenciada no interior das instituições públicas analisadas, pois proporcionam impactos igualmente distintos. As articulações dos levantamentos, entrevistas e observações (OLIVEIRA, 1996) feitas nessas duas instituições belenenses, revelam a necessidade de se repensar as políticas públicas locais de gênero, que se constroem dentro do conselho e banco acima referidos. Foi a partir dessa compreensão, que se formulou a hipótese central da pesquisa e que neste artigo se apresenta como argumento principal.

Precisamente, entende-se que a PMB, aliada à sociedade civil e a atores diversos que integram o processo de produção/implantação de políticas públicas de geração de renda voltadas para as mulheres, pode promover o desenvolvimento numa perspectiva sustentável. Desse modo, tem-se a legitimidade pública, o que confere à administração municipal o *status* de “ator maior” quanto à promoção de práticas até então “adormecidas” ou relegadas ao plano do esquecimento. Assim, os programas de geração de renda, executados com vontade, empenho político e recursos são capazes de por em jogo mudanças locais e implicam uma atuação ampla baseada no sujeito evidente do processo que é a mulher. Apesar desse entendimento, não se quis afirmar uma supremacia da mulher nem lhe

atribuir um papel isolado no processo, o que se propôs nessas políticas públicas foi a inclusão de 50% da população até então excluída.

O que segue é uma caracterização de processos histórico-culturais acerca das condições de vida das mulheres, notadamente quanto às ideologias e seu poder de controle sobre essas cidadãs. Então, segue-se uma discussão sobre os conceitos essenciais para que se produza um entendimento minimamente crítico acerca da importância das mulheres na sociedade e da responsabilidade do Estado quanto às políticas públicas e as estratégias de apoio aos interesses delas. No que diz respeito à atuação do CMCF-Belém e do BP, as tendências recentes são logo depois reveladas. E, logo, tem-se uma discussão e as conclusões.

## **2 HISTÓRIA E CULTURA DAS MULHERES NA AMAZÔNIA**

A tentativa de reconstruir a imagem da mulher, a partir de fragmentos da história escrita do cotidiano paraense, perpassa pela presença de um forte controle ideológico sobre as práticas femininas. Precisamente, estas teriam que se conformar às normas morais e conceituais vigentes nas diferentes épocas, em sua maioria antimulheres. É necessário, portanto, que se construa um olhar mais crítico sobre o conjunto dos atores sociais que compõem o cenário da Amazônia e procurar entender como se dão essas relações.

Em fins do século XIX, as transformações experimentadas na região a partir do ciclo da borracha, que reorganizou o agroextrativismo e a reurbanização da cidade de Belém, refletem-se na organização social e sexual do trabalho. Tentar analisar na memória dos escritos, a divisão sexual do trabalho e as próprias estratégias que se instituíram foi o modo encontrado para se entender a participação feminina na produção e geração de renda. Nestes termos, percebe-se que as mulheres historicamente acorrentadas a modelos tradicionais que construíram seus caminhos ligados a práticas e funções tidas como próprias para o gênero feminino, mantiveram-se por longo tempo na luta reivindicando direitos.

À vista desse cenário, vários tipos femininos podem ser percebidos através da análise dos autores ou dos artigos publicados na imprensa. O que chama atenção durante a análise dos fatos é o modelo patriarcal vigente. Ele devia ser valorizado para evitar a possibilidade de alguma resistência que provocasse um enfraquecimento do modelo, como expõe Álvarez (1994, p. 223): “[...] é possível que o contraponto do retrato seja a existência de filhas que se rebelam contra o mando paterno ou esposas que fogem da prática opressiva da domesticidade [...]”. Evidencia-se, conseqüentemente, a construção da “mulher ideal”, que na análise da mesma autora, dá-se pelo ingresso “[...] em sua verdadeira missão de mulher e de mãe de família” (ÁLVAREZ, 1994, p. 221). Paradoxalmente, ao modelo patriarcal vigente e a todas as demais representações simbólicas historicamente construídas,

em muitas situações e momentos diversos observou-se a presença feminina em serviços e profissões autônomas.

Mesmo assim, não é de estranhar que as mulheres da Amazônia não tenham sido valorizadas, especialmente na área econômica. Nesta direção, Pantoja (2001) demonstrou o quanto as mulheres negras foram reprimidas pelas políticas/ações públicas na passagem do século XIX para o século XX, embora elas fossem muito criativas quanto às estratégias de produção de renda. E, a resgatar-se experiências mais recentes do século XX, a integração das mulheres no processo de desenvolvimento é lento e por vezes contraditório.

Precisamente, pela trajetória das lutas femininas ao longo dos tempos, observa-se que as mulheres estão sempre aguerridas, sabem da necessidade e importância do seu papel, mesmo que seja de modo inconsciente. Mas, embora elas tenham participação efetiva, elas desconhecem, em sua maioria, os seus reais direitos. De fato, sabem da sua importância, mas falta-lhes consciência política. Isso vale tanto para as questões mais amplas, de ordem estrutural, como em âmbito privado, senão íntimo, aliás, como Simonian (2003) bem revelou ao analisar a família enquanto estrutura e dinâmica nos contextos histórico-culturais amazônicos mais diversos.

Dizer que há avanços na produção e comercialização de produtos pelas mulheres é correto, principalmente, enquanto essa é uma iniciativa individual e familiar. Se as análises se detiverem na observação dos planos de desenvolvimento para a região, pode-se constatar que os avanços são muito limitados. Nesta direção e muitas vezes, as mulheres são o suporte econômico da família, cabendo a elas, a extração da matéria-prima, a transformação em produto e a sua comercialização. Simonian (2001a, p. 37) mostra que “[...] o reconhecimento conceitual de que as mulheres são sementeiras do desenvolvimento tem repercutido em um número crescente de investigações científicas, sobre tal possibilidade”. De todo modo, as mulheres sabem que podem atuar em diversas atividades, independente daquelas que lhes são atribuídas historicamente na área doméstica, e isso é um fator de avanço.

### **3 PERSPECTIVAS TEÓRICAS**

A compreensão do lugar da mulher na área econômica no interior do quadro social e político de Belém do Pará requer, primeiramente, uma reflexão em torno das políticas públicas de geração de renda, no desenvolvimento sustentável dessas políticas e das relações de gênero. Para objetivar melhor este estudo, primeiramente procurou-se a compreensão acerca do conceito de cidadania, o que por certo permite entender de modo mais preciso o papel da mulher na sociedade.

A respeito, de acordo com o entendimento de Marshall (1967), o primeiro passo foi estabelecer uma distinção sociológica entre cidadania civil, política e social e, ao mesmo tempo,

defender uma interdependência entre essas três modalidades. A cidadania civil se constitui nos direitos necessários ao exercício da liberdade individual como o ir e vir, contratar, possuir propriedades todos garantidos pelo sistema legal. A cidadania política é o direito de participar do poder político tanto diretamente quanto indiretamente, pelo voto. Ainda segundo Marshall (1967), a cidadania social é o conjunto de direitos e obrigações que possibilita a participação igualitária de todos os membros de uma comunidade nos seus padrões básicos de vida.

Na aplicação prática da igualdade, tudo vai depender então, do critério a partir do qual duas pessoas ou dois fatos são confrontados. No direito, percebe-se que a igualdade privilegia o homem, assimila-se a posição masculina, interpretando de acordo com a opinião jurídica dominante. Segundo Marshall (1967, p. 64) “[...] verifica-se que a legislação, ao invés de ser o fator decisivo que faça com que a política entre um efeito imediato, adquire, cada vez mais, o caráter de uma declaração de política que, segundo se espera, entrará em vigor algum dia”. O que há de ser considerado, na base dessa controvérsia, não é tanto o ponto de vista da igualdade, de uma melhor equiparação, mas antes, o objetivo de pôr fim ao predomínio do sexo masculino, tanto na esfera privada quanto e, principalmente, na pública.

No Brasil, a partir de 1975, o debate feminista propõe, para as mulheres, a inclusão de novas temáticas na discussão sobre cidadania. Como parte intrínseca desse exercício, esse movimento se propõe a debater a discriminação da mulher no trabalho, os estereótipos sexuais, a violência, a saúde e a situação da mulher na legislação civil. Neste quadro, os direitos humanos têm que ser entendidos como direito das mulheres entre os quais se incluem os princípios de liberdade, igualdade e solidariedade que poderão ainda constituir as linhas mestras de uma política dos sexos válida para o presente.

Considerou-se, também, a importância do município e a inserção da mulher nesse espaço. A ideia de empreender uma análise sobre esta realidade decorre do fato de que este estudo é institucional e urbano, sendo pertinente uma discussão não só de tal unidade político-administrativa de interesse da temática, mas também um entendimento da mesma, enquanto totalidade (DOWBOR, 1987). Mais, recentemente, o município transforma-se na arena mais apropriada para o exercício das práticas democráticas onde, de um lado o cidadão exige diretamente atendimento de suas necessidades; de outro lado, o município requer do cidadão a prática de suas responsabilidades civis. O momento histórico-cultural atual, em que a democracia é a tônica em todos os setores da vida nacional, é extremamente propício à revitalização das práticas das instituições municipais, quer sejam públicas ou privadas.

Neste século XXI, o município brasileiro tem que sair da condição nada alvissareira de incapacidade, o que poderá ser feito ao assistir a população e ao levar em conta suas demandas de forma diferenciada a partir dos interesses dos homens e das mulheres. Essas são as atuais abordagens

contemporâneas de planejamento municipal, que consideram as diferenças de gênero (BEIJING, 1996; UNITED NATIONS, 1992), como se abordou na questão da cidadania. A tendência de considerar a população como um conjunto homogêneo faz com que também se considerem igualmente homogêneas as suas necessidades, remetendo-as ao problema da aplicação prática da igualdade onde as experiências cotidianas apontam injustiças e violências nas relações entre os sexos, como as abordadas na análise da cidadania. Na realidade, a vida de homens e mulheres se desenvolve em condições diferentes e como tal deve ser tratada.

A retomar-se a linha central do que seja e representa o município para a população, daí resultando suas políticas públicas referentes à mulher, é importante ressaltar que as raízes de situações de abandono e descaso que a maioria das instituições se encontra e conseqüentemente suas populações, são mais políticas do que econômicas. Dowbor (1987, p. 27) salienta que “[...] a metade do produto social é consumido por 10% das famílias mais ricas do país”. Em tais condições, e a verificar-se que a maioria da população mundial é formada de mulheres, o mesmo ocorrendo em relação ao total de mulheres chefes de família, as perspectivas são sombrias em termos de futuro imediato. No que diz respeito à capital do Pará, segundo Belém (1998a, p. 33), em 1997, o percentual da população feminina era de 56,61%, enquanto que para os homens, esse total era de 42,39%.

A integração das mulheres da Amazônia brasileira no processo de geração de renda é uma questão que persiste ao longo dos tempos, embora já tenha sido conquistada por mulheres de outras sociedades. Buscou-se, por meio desse caminho metodológico de entendimento do município, não explicar, mas compreender de que maneira as políticas são formuladas e quais os interesses que estão em jogo considerando-se as políticas públicas. A pensar-se essa problemática, um caminho que pode proporcionar uma melhora nas prestações de serviços e no processo de formulação de políticas públicas sobre geração de renda para mulheres, terá que considerar a sociedade organizada. As organizações, associações, grupos de mulheres, como a produção teórica vem demonstrando (BEIJING, 1996; SIMONIAN, 2001b), têm um papel relevante quanto aos processos rurais/urbanos de desenvolvimento e sua presença e participação política está a fortalecer o município enquanto instituição.

A partir desta abordagem acerca da relação mulheres/município, reconhece-se a importância das ações desencadeadas pela PMB entre 1997-2003, acerca do programa de geração de renda. Nos anos de 1997 a 2000, o CMCF-Belém destacou-se quanto ao debate sobre essa relação, notadamente a respeito da necessidade de implantação de ações voltadas para a produção de renda (BELÉM, 2003). Entretanto, apesar de algumas ações de natureza bastante limitada a respeito, esse Conselho foi perdendo poder, mesmo o do discurso. Por outro lado, com a criação do BP em 1998, foi viabilizado econômica e politicamente o Projeto Ver-o-Sol, precisamente com o objetivo de apoiar as demandas



das mulheres em torno da geração de renda (BELÉM, 2003). Porém, isso vem sendo feito geralmente a partir de projeto de auto-emprego e sem garantias jurídico-sociais.

A criação/implementação dessa política possibilitou a valorização socioeconômica da mulher no mercado de trabalho. Assim, compartilha-se do pensamento de Hirata (2003, p. 21), ao sustentar que

[...] no Brasil 20% das mulheres são empregadas domésticas ou diaristas. Na hora de entrar no mercado de trabalho, as mulheres acabam ficando com as atividades menos interessantes, marcadamente femininas e por isso recusadas pelos homens.

Conseqüentemente, a ação municipal que propôs e implantou a política de geração de renda do BP vem contribuindo com o processo de ampliação do horizonte da mulher.

#### **4 DUAS REALIDADES: POLÍTICAS E AÇÕES DO CMCF-BELÉM E DO BANCO DO POVO**

O conjunto de reflexões que se apresenta neste artigo resulta de pesquisa acerca da política e ação do CMCF-Belém e do BP, conforme já mencionado, realizadas no período de 1996 a 2003. A pesquisa evidenciou uma trajetória desigual para as mulheres nessas duas instituições públicas municipais. A análise permite a identificação de diferenciações, estando estas fundamentadas no modo como são propostas e formuladas as políticas de geração de renda no município de Belém do Pará.

Atualmente, o CMCF-Belém é um espaço aberto à construção das políticas públicas de gênero na PMB, gerencia os dois Espaços Lilás para a comercialização da produção das mulheres cadastradas no projeto e utiliza o debate como um modo de construção da cidadania feminina. Essas ações têm por base a Plataforma Nacional de Ações para Mulheres (SECRETARIA NACIONAL DA MULHER, 2002). A considerar-se tais proposições/ações, são visíveis as contradições encontradas nesses processos, assim como é indiscutível a existência de avanços, embora pequenos, nas relações mulher/desenvolvimento e em conexão com a Prefeitura local. Na Figura 1, tem-se a capa de um dos eventos patrocinados por esse Conselho.



Figura 1: Evento patrocinado pelo CMCF-Belém, 2000.

As dirigentes desse Conselho organizam-se e lutam por projetos, como demonstram os discursos das entrevistas, os materiais escritos, etc., a respeito das assembleias comunitárias, assim como das reuniões setoriais do Congresso da Cidade, havendo sempre empenho nas suas atuações. Por sua vez, a documentação e os relatórios do CMCF-Belém, sobre as políticas de geração de renda do período analisado, trazem dados sobre as contradições e os avanços do Conselho, a partir do bairro de procedência, da escolaridade, da ocupação das mulheres e da situação no mercado de trabalho (BRASIL, W., 2004). Neste ponto cabe uma pergunta: que implicações tem tido esse acúmulo de evidências, quanto aos interesses das mulheres belenenses, especialmente das que se situam nas camadas sociais de mais baixa renda?

Assim, verifica-se como primeira análise, que houve uma diminuição da abrangência do projeto no período em questão. De 1997 a 1999, chegou-se a ter 196 participantes<sup>2</sup> oriundas dos diversos bairros, região das ilhas e municípios da grande Belém do Pará, predominando Guamá, Coqueiro, Benguí e Val-de-Cães (BRASIL, W., 2004). Para o período de 2000 a 2003, nota-se uma sensível diminuição nesse número de mulheres, mesmo nos bairros em que o projeto apontava um

maior interesse por parte das integrantes. Esse total declinou para 33 mulheres, ou seja, apenas 16,8% daquele total anterior (BRASIL, W., 2004). Desse período, retira-se ainda uma leitura que aponta alguns bairros em que o projeto tinha uma abrangência bem maior e no momento posterior essa abrangência reduziu-se a zero, como é o caso do Bengui e de Val-de-Cães.

A taxa de participação das mulheres, o que se reflete uma relação matemática entre um período e o outro, revela que o CMCF-Belém diminuiu muito a sua atuação que, conforme já visto, engloba a formulação e o gerenciamento dos projetos de gênero para geração de renda em Belém do Pará. Ao se fazer essa comparação, depara-se com uma contradição à medida que, a exemplo do que ocorre no Brasil e no mundo, a participação da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho aumentou significativamente (SECRETARIA NACIONAL DA MULHER, 2002). Ainda, há de ressaltar-se que a falta de vontade política por parte da PMB, desse Conselho e da própria sociedade local como um todo no sentido de atender as demandas e/ou necessidades das mulheres do município, só pode ser entendida como paradoxal, pois sucumbe a qualquer lógica.

A atuação da PMB e do CMCF-Belém na região das ilhas e na Grande Belém sugere no mínimo, que a administração municipal tem tido dificuldades quanto à implantação dos projetos de geração de renda envolvendo principalmente as mulheres. Conseqüentemente, a situação agravou-se nessas regiões e entre os dois períodos. Nesta perspectiva e como se vê em IBGE (2003), dificilmente as mulheres dessas áreas estão participando do pouco que ainda existe a respeito.

A analisar-se as taxas de ocupação da mulher no projeto do CMCF-Belém, observa-se que ainda continuam a serem privilegiados os postos de trabalho tradicionalmente ocupados pelas mulheres como é o caso dos serviços domésticos, do artesanato e da fabricação de doces (SECRETARIA NACIONAL DA MULHER, 2003). Como se sabe, estas são atividades ligadas ao universo feminino e que exigem menor nível educacional, reforçando a antiga divisão sexual do trabalho de destinar às mulheres profissões próximas dos atributos consagrados ao papel feminino. Pode-se observar ainda, que os projetos não enfatizam o financiamento de novas práticas de geração de renda, como se constata em inúmeras atividades onde têm apenas uma mulher e no período seguinte, para as mesmas atividades, nenhuma (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2003). É provável que esse desempenho esteja relacionado ao baixo grau de escolaridade das mulheres, como anteriormente visto.

Em outros materiais empíricos levantados, as análises sugerem que o que mais sobressai é a falta de planejamento/organização por parte da PMB em relação ao CMCF-Belém. Por maior que seja o esforço administrativo/burocrático das dirigentes desta última instituição, em nada adianta se o projeto político e as respectivas ações não contarem com a efetiva participação das mulheres organizadas em contextos de gênero e conscientizadas politicamente da sua importância na economia

---

<sup>2</sup> Ainda, note-se que esse é um número muito pequeno de mulheres, a comparar-se com a totalidade delas.

do município. De acordo com Simonian (2001a), a persistência da mulher pela busca de alternativas em geração de renda é o maior propulsor de sua caminhada rumo ao futuro. Diz ainda a mesma autora (L. T. L. Simonian, 2004, informação verbal/i. v.), toda uma revolução cultural, no mais profundo sentido dessa expressão, está ainda por ser feita.

A proposição e a elaboração dos projetos de gênero, por parte desse Conselho, ocorrem frequentemente com propostas para trabalhar com a questão da sustentabilidade, a exemplo de quando são realizadas as feiras de artesanato, que observam o cuidado com a conservação do meio ambiente. Entretanto, os levantamentos apontam que nenhum dos projetos gera os impactos esperados e nem tampouco apresentam continuidade. Percebe-se que o CMCF-Belém empenha-se, porém dificilmente um projeto atinge as atividades fins, embora ainda se retire do processo alguns pequenos ganhos por parte das mulheres no sentido de uma organização social iniciada nesse processo.

Sabe-se, por certo, que as conquistas se dão de modo lento e gradual; mesmo assim, são pequenos os avanços das políticas e da sensibilidade dos governantes, a começar por ações primárias como a regulamentação do art. 241 da Lei Orgânica do Município. Este dispõe que “[...] é dever do município garantir perante a sociedade a imagem social da mulher trabalhadora [...]” (Belém. Lei, 1999, art. 241), mas o Projeto de Emenda para a regulamentação na Câmara Municipal, encontra resistência na Câmara Municipal de Vereadores (CMV), por falta de interesse político.

A grande questão continua sendo: os governos não têm vontade política e nem sensibilidade para com as mulheres, muitas vezes a maioria da população municipal. Porque, diferente do modo atual de vinculação do CMCF-Belém à Secretaria Municipal de Justiça, pergunta-se: este Conselho não poderia estar ligado à chefia de gabinete do Executivo municipal, com o propósito de articular as ações voltadas à mulher com todas as demais secretarias do governo? Em tal perspectiva, o CMCF-Belém, então, ficaria inteiramente voltado à efetivação das políticas de gênero do município em permanente processo de negociação. De fato, do modo como vem agindo, o poder político local está distante de viabilizar uma política para a igualdade feminina, haja vista seu descompromisso com os paradigmas da justiça e da igualdade social. Então, é de se suspeitar sobre a existência de estruturas mais vigorosas de governo que Aquelas que decorrem do compromisso com a sociedade.

No que se refere ao BP – que teve seu início em 1998 – detectou-se que contraditoriamente à perspectiva anterior, desenvolveu uma política de gênero para geração de renda mais adequada/pragmática ou mesmo progressista, simplesmente por tê-la formulado e executado de modo diferenciado. O Banco planejou, com força institucional pertinente ao tema, políticas sociais capazes de permitir à mulher uma oportunidade de gerar renda sem as exigências do sistema financeiro tradicional. Nesta direção e segundo o IBGE (2003), o BP não considerou a mulher um apêndice do cônjuge e, sim, a reconheceu em situação de pobreza, de risco social ou como chefe de família e empreendedora.

O BP tem várias linhas de crédito com juros diferenciados para a mulher, que inclusive recebe uma orientação mínima, como se vê na capa de *folder* que aparece na Figura 2. Os recursos são oriundos da própria PMB, através do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) da ordem de 1% e do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICMS) em 0,64% (BELÉM, 2003). No entanto, conforme posto pelo diretor do BP (Morgado, 2003, entrevista), hoje a maior fonte de alimentação do Fundo é o retorno dos empréstimos, com o pagamento em dia das prestações.

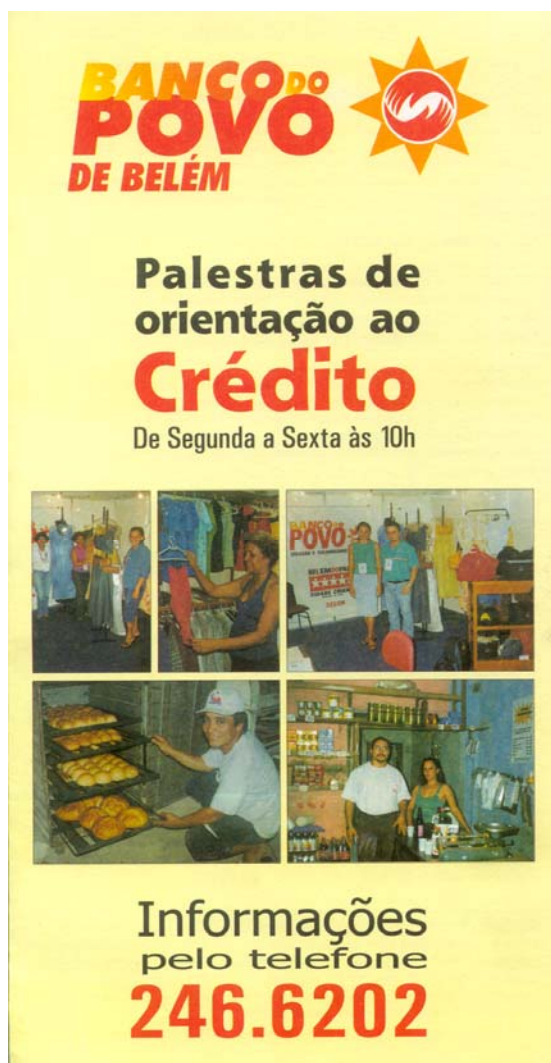


Figura 2: Capa de folder do Banco do Povo, n. d.

É importante mencionar que a regra histórica, válida para as mulheres, no que diz respeito ao financiamento de suas produções, dificulta o acesso ao crédito à medida que elas quase sempre não podem cumprir as exigências necessárias impostas pelos agentes financiadores ou encontram-se atreladas, por lei, a um cônjuge devedor e, portanto, assim também consideradas. Na prática, a gestão do BP tem construído relações mais democráticas com a sociedade e com os empreendedores parceiros, isso paralelamente à execução de políticas diferenciadas para as mulheres. De acordo com

Morgado (2003, entrevista), o crédito especial para as que se encontram em situação de risco, analfabetas ou violentadas, a taxa de juros é diferenciada, ficando em 1,5 % a.m, para capital fixo e 1% para capital de giro.

Conforme a mesma fonte, o empréstimo para esses grupos, não requer fiador, a pretendente faz o cadastro que é o mesmo para outras situações, e sujeita-se aos trâmites de praxe. Ainda, têm-se os empréstimos para aquelas mulheres que não estão em situação de risco, mas são “iniciantes”. Para essas, os juros cobrados é de 1,5 % a.m, tal qual para o capital de giro, para as mulheres em situação de risco. Para todo esse universo de mulheres, e sob essas condições especiais e subsidiadas, o BP empresta até R\$600,00 (seiscentos reais), de acordo com dados de dados de 2003, isso porque não há garantia de retorno. Todo o trabalho de divulgação dessa linha de crédito especial para as mulheres é sempre divulgado pelo CMCF-Belém, Fundação Papa João XXIII (Funapapa), Espaço Lilaz<sup>3</sup> e através de *folders* disponíveis em instituições municipais e ONG diversas.

## 5 DISCUSSÃO E NOTAS FINAIS

As experiências analisadas neste trabalho mostram que a relação entre prática e teoria/mulher e desenvolvimento municipal ainda está por ser construída. As discussões feitas apontam para a persistência de um projeto de políticas públicas contraditórias, que não alcançam os objetivos pretendidos. Precisamente, dominam as idealizações e o discurso não implica contribuições importantes e nem passa pela problemática da sustentabilidade.

Um dos grandes problemas vividos pelas mulheres diz respeito à questão do conhecimento dos seus direitos, da consciência política de cada cidadã, enfim, da aquisição da cidadania. Nessa perspectiva, a produção de renda é o que move as mulheres rumo ao futuro (SIMONIAN, 2001a), especialmente aquelas de camadas empobrecidas. Segundo essa autora (SIMONIAN, 2001a, p. 55), “[...] o que mais sobressai é a persistência das mulheres, mesmo quando organizadas em contextos de gênero, quanto à possibilidade de organização política e de participação em projetos de desenvolvimento”. Embora as políticas formuladas e executadas pelo CMCF-Belém tenham promovido a ruptura definitiva com as práticas patriarcais e excludentes das gestoras anteriores, depara-se ainda com a fragilidade dessas políticas. Pelo que se depreende do material analisado, este Conselho não consegue romper com o hiato que se apresenta entre a formulação e a implantação das políticas públicas de gênero em Belém do Pará.

A considerar-se a política/ação do BP, é ele que consegue melhor concretizar as políticas para as mulheres desse município. Parece paradoxal essa conclusão, por quanto este Banco, cuja

---

<sup>3</sup> Este é um espaço de venda para a produção das mulheres envolvidas em projetos apoiados pela PMB.

administração é também da PMB, é uma das ferramentas da gestão municipal para o crédito a empreendedores excluídos e a empreendedores(as) excluídos(as) do sistema bancário tradicional e mesmo de outras fontes. Conseqüentemente, se esta é uma ferramenta, por meio da qual se chegou a bons resultados, o que falta para que outras ações possam se espelhar nela?

Assim, entende-se que a PMB de superar – segundo sua própria proposição – as políticas antigênero para a Amazônia brasileira. Mas, para que essas se concretizem, há de se garantir condições para que se crie equipamentos institucionais e sociais que permitam a produção de proposições e a execução competente e, do mesmo modo, que garanta a participação efetiva dos movimentos sociais femininos. As pesquisas recentes sobre trabalho feminino mostram que a sua dinâmica foi favorável à incorporação feminina, sendo essa incorporação a que mais se expandiu em relação à masculina.

Na área de qualificação profissional e financiamento para as mulheres, o BP exhibe ações pontuais. As mulheres correspondem a 50% de seus clientes, confirmando que linhas de crédito especiais para o segmento feminino evidenciam quanto à capacidade produtiva da mulher que vêm se destacando em todas as linhas de crédito oferecidas por esse Banco (BELÉM, 2003). Até dezembro de 2002, o BP já havia emprestado R\$ 7.500.000,00 às mulheres empreendedoras de baixa renda, total que sinaliza uma política que deu certo (BELÉM, 2003). Seria esse um bom indicador para se repensar todas as demais ações dentro do quadro geral das políticas públicas para as mulheres na PMB?

Diante do cenário de visíveis desigualdades, há de se enfatizar a falta de políticas públicas de geração de renda que considerem, quando da sua elaboração, o fato de que a classe trabalhadora não é composta somente de homens. Seria oportuno que os equipamentos sociais fossem ampliados – como, por exemplo, as creches –, dando maior possibilidade às mulheres para desempenharem atividades que geram renda. O próprio Estado não criou condições com as quais se comprometeu, como foi acordado durante as conferências Eco 1992 e Pequim 1995 (SIMONIAN, 2001a), no que se refere a problematizar as políticas para as mulheres da Amazônia brasileira.

Sem apoio em termos de políticas e inclusive num sentido diversificado, muitas mulheres, como muitas da RMB, têm se voltado para as alternativas possíveis. Exemplar nesta direção é, conforme pesquisa de 2002, o empreendedorismo das mulheres que trabalham com o fruto açazeiro (*Euterpe oleracea* Mart.), as quais o adquirem os frutos ainda nas madrugadas quase que diárias, para depois processar e atender aos consumidores certos do dia-a-dia (SIMONIAN; NASCIMENTO, 2004). Muitas contam, para iniciar essa atividade, com indenizações trabalhistas, outras com doações de maridos ou outros parentes, ou a renda de atividade como vendedoras autônomas. Também, pelo que as autoras demonstram no estudo em questão, elas têm uma receita média mensal alta, o mesmo acontecendo com a margem de lucro, sendo que esses totais são mais altos entre as mulheres solteiras.

Logo, a se desenhar políticas é fundamental que se considere ações específicas que garantam a igualdade de acesso e de oportunidades para mulheres e homens em diversos aspectos do cotidiano.

Embora existam políticas voltadas às mulheres, o grande problema nas várias esferas de governo é que, geralmente, essas políticas se reduzem à ações de órgãos subordinados a secretarias que se ocupam de assuntos diversos. Assim, quando a dimensão de gênero chega a ser considerada, os órgãos encarregados de elaborar políticas para as mulheres, não tem autonomia, não têm poder político, não têm orçamento próprio, o que inviabiliza a continuidade das ações.

As políticas e as ações institucionais municipais na Amazônia, e em particular em Belém do Pará, persistem a se manter distantes quanto a propiciar uma participação mais efetiva das mulheres no contexto de geração de renda. Exceção, nesse sentido, encontra-se quando a vontade concreta de realizar uma política que deu certo, como a do Projeto Fundo Ver-o-Sol criado pelo BP, foi implantada. Em face desta situação, pode-se discutir e criar mecanismos que minimizem a discriminação da mão-de-obra feminina, o que pode ser feito via treinamentos específicos, escritórios virtuais, criação de cooperativas de trabalhadoras autônomas, tudo com a expectativa de aumentar a produtividade e a competitividade.

A experiência exitosa do Projeto Fundo Ver-o-Sol recoloca a questão cultural que envolve a presença da mulher na economia. Inclusive, ela sugere que mesmo em contextos adversos, as mulheres da Amazônia são capazes de se tornar economicamente independentes e de participar na política de modo efetivo, tanto na coletividade mais ampla, nos *loci* de moradia, quanto na família. A pensar-se o desenvolvimento sustentável, tornou-se impossível desconsiderar a questão da mulher. Consequentemente, muita luta ainda está por ser desenvolvida, portanto, é de se esperar por tempos e possibilidades novos.



## Referências

- ÁLVAREZ, M. L. M. Educação e (in)submissão feminina no Pará. In: D'INCAO, M. A.; SILVEIRA, I. M. da. (org.). *Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. p. 212-226. (Coleção Eduardo Galvão).
- BEIJING and beyond: toward the twenty-first century of women. *Women's Study Quarterly*, New York, v. 24, n. 1-2. 1996.
- BELÉM. Banco do Povo. *Relatório operacional consolidado*. Belém:, 2003. p. 2.
- \_\_\_\_\_. *Lei Orgânica do Município*. Da Mulher, art. 241, 242, 243, 244. Belém, 30.03.1990.
- \_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. *Anuário estatístico do município*. v. 5. Belém: Administração Municipal, 1998. 396 p.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. *Políticas para a mulher*. Brasília: Centro Gráfico Federal, 2003.
- \_\_\_\_\_. Secretaria Nacional da Mulher. *Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras*. Brasília, jun. 2003. (Com a participação de ONG, CUT, Rede Nacional de Parteiras, Secretaria de Assuntos da Mulher Trabalhadora etc.).
- BRASIL, W. *Políticas públicas para mulheres em Belém, Pará: produção de renda, avanços e limites*. 2004, 63f. Monografia (Especialização - Formação de Especialistas em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.
- DOWBOR, L. *Introdução ao planejamento municipal*. Brasiliense: São Paulo, 1987.
- HIRATA, H. Abaixo as painéis. *Revista Época*, São Paulo, a. 3, n. 288, p. 26-29, fev.2003.
- MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Zahar: Rio de Janeiro, 1967.
- OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 13-37. 1996.
- PANTOJA, A. L. N. *Mulheres negras em Belém do Pará: políticas públicas e estratégias de sobrevivência (1990-1910)*. 2001. 124f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2001.
- SIMONIAN, Ligia T. L. Reflexiones sobre la familia en la frontera amazónica: idealizaciones, contradicciones y tendencias actuales. In: TOVAR ROJAS, P. (Org.). *Familia, género y antropología: desafíos y transformaciones*. Bogotá: ICANH, 2003. p. 396-443.
- \_\_\_\_\_. Mulheres, gênero e desenvolvimento na Amazônia brasileira: resistências, contradições e avanços. In: SIMONIAN, L. T. L. *Mulheres da floresta amazônica: entre o trabalho e a cultura*. Belém: NAEA-UFPA, 2001a. p. 33-68.
- \_\_\_\_\_. Mulheres indígenas de roraimenses: organização política, impasses e perspectivas. In: *Mulheres da floresta amazônica: entre o trabalho e a cultura*. Belém: NAEA-UFPA, 2001b. p. 151-201.
- SIMONIAN, Ligia T. L.; NASCIMENTO, J. M. Açaí reconquista mulheres amazônicas. *Papers do NAEA*, Belém, NAEA/UFPA, n. 171, 2004. 27 p., il.
- UNITED NATIONS. Global action for women towards a sustainable and equitable development. *Report of the UN Conference on Environment and Development*. v. 3. Rio de Janeiro, 1992. p. 5-10.